

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – CINTRA, Ana Lúcia; SOUZA, Mériti. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. Revista Mal-Estar e Subjetividade (Fortaleza), 10, 809-833, 2010.

2) Resumo e Palavras-chave – O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é um marco na área de atenção à infância. A partir dele busca-se o afastamento do formato das tradicionais instituições de acolhimento e cuidado de crianças abandonadas ou retiradas do contexto familiar. Entretanto, o movimento de mudança evidencia a existência de um território no qual os problemas são muitos e demandam intervenções complexas, concomitante a um processo contínuo de reflexão sobre o tema. Neste artigo problematizam-se aspectos inerentes à institucionalização de crianças considerando as lógicas de exclusão presentes no Brasil. Entende-se que essas lógicas são configuradas por práticas e discursos produtores tanto da mãe que abandona quanto das instituições que abrigam a criança abandonada. A análise se ancora na leitura histórica e psicossociológica da institucionalização da infância no Brasil e dos atendimentos propostos por essas instituições. Considera-se, ainda, os limites da concepção de um sujeito epistêmico e racional que recobre a leitura do psíquico restrito à ordem da consciência, bem como a representação identitária atrelada a atributos generalizáveis. Nessa perspectiva a qualidade dos cuidados oferecidos no contexto institucional é problematizada a partir do trabalho do educador social. Sugere-se que esse profissional necessita estar atento ao singular da criança institucionalizada, tomando-a como sujeito de direito e de desejo.

Palavras-chave: abrigo; criança; educador social; instituição.

3) Objetivo do estudo – Neste artigo problematizam-se aspectos inerentes à institucionalização de crianças considerando as lógicas de exclusão presentes no Brasil. Entende-se que essas lógicas são configuradas por práticas e discursos produtores tanto da mãe que abandona quanto das instituições que abrigam a criança abandonada.

4) Tipo de pesquisa – Bibliográfica.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Leitura de referencial teórico e de dispositivos legais sobre este tema.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – A análise se ancora na leitura histórica e psicossociológica da institucionalização da infância no Brasil e dos atendimentos propostos por essas instituições.

8) Resultados / dados produzidos – No caso da institucionalização de crianças observa-se a manutenção de uma referência identitária forjada a partir da exclusão e na qual opera a compreensão de um sujeito subsumido à consciência e à razão. Modificar esta compreensão implica, dentre outros fatores, em se considerar a contribuição da psicanálise com relação ao inconsciente. A existência de um outro que se oferece como lugar de escuta e realiza investimentos que vão além de interesses funcionalistas é indispensável para que crianças que estão em instituições tenham chance de ressignificar suas experiências, evitando assim intervenções que visem simplesmente esconder, apagar a imagem da miséria humana, que tende a ser tomada como inerente aos excluídos pela ordem social.

Como observamos nas leituras realizadas para esse estudo, idealmente não deveriam existir crianças que vivenciem a experiência do abandono e cresçam sem o amparo de adultos que lhes propiciem cuidados e afetos. Entretanto a realidade indica que outras propostas precisam ser construídas, seja para amenizar o abandono e a institucionalização, seja para repensar os cuidados na instituição.

9) Recomendações – Acreditamos que intervenções de reflexão e formação, que implicam a oferta de um espaço de escuta aos educadores sociais que trabalham em instituições de abrigo, consistem em ações indispensáveis para mudanças nas representações atreladas à atual cultura da institucionalização. Dentre estas, destacam-se as concepções sobre a criança abandonada e sobre a família de origem como irresponsável, incapaz e negligente. Entrelaçado ao trabalho com educadores encontra-se a necessidade de construção de recursos para que as crianças que estão nas instituições possam ser escutadas e respeitadas em sua singularidade. Um trabalho desta natureza exige visão de processo e demanda articulada ao tempo necessário para que ele possa ocorrer, com falhas, avanços e recuos. Requer um afastamento das lógicas funcionalistas e universais, sendo relevante a leitura interdisciplinar que utiliza contribuições advindas de diversas áreas do conhecimento. Acreditamos que intervenções desta natureza tornam possíveis efeitos de subjetivação a partir da produção por parte dos envolvidos de novos olhares sobre si, sobre o outro e sobre o contexto em que se inserem. (Souza, 2006). Essas intervenções podem produzir ações que estimulem a transformação de uma realidade até então tida como inevitável e marcada por referências identitárias que estigmatizam as crianças abrigadas e suas famílias.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.